

Reterritorialização em pequenas cidades universitárias no nordeste brasileiro: reflexões a partir da Praça do Obelisco em Redenção, Ceará

Nathalia Alves de Oliveira¹

Eduardo Gomes Machado²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa com viés etnográfico mediante a análise do processo de reterritorialização na Praça do Obelisco – Redenção por um conjunto de juventudes universitárias emergentes entre o segundo semestre de 2017 e fevereiro de 2020. Metodologicamente se desenvolveu uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, acionando a busca por dados secundários, a observação direta e entrevistas com duas moradoras originárias e também estudantes universitárias da UNILAB. Diante dos dados coletados foi realizado a interpretação, reflexão e escrita da análise. Mediante a análise se concluiu que o ato de reterritorializar a Praça através das ocupações criativas, realizadas pelas juventudes universitárias, representam uma resistência contra negação do direito e fazer à cidade.

Palavras-Chaves: Juventudes universitárias. Ocupações Criativas. Reterritorialização. Resistência.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de pesquisas efetuadas na cidade de Redenção, no Ceará, entre o segundo semestre de 2017 e fevereiro de 2020, mobilizando observação direta com viés etnográfico, presencial e digital, assim como entrevistas. Pesquisas nas quais, buscou-se analisar o processo de reterritorialização, considerando agentes e territorialidades juvenis emergentes na cidade de Redenção-CE, no período de pós-implantação, iniciada em 2011, de uma universidade federal, pública, interiorizada e internacionalizada, tendo como foco analítico principal as dinâmicas territoriais que emergem na Praça do Obelisco.

As primeiras aproximações com a temática pesquisada irromperam após uma experiência como bolsista de iniciação científica em um projeto de pesquisa e

¹ Estudante do curso de Licenciatura Plena em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Estudante do Mestrado Interdisciplinar em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: nathaliaoliveira0911@gmail.com.

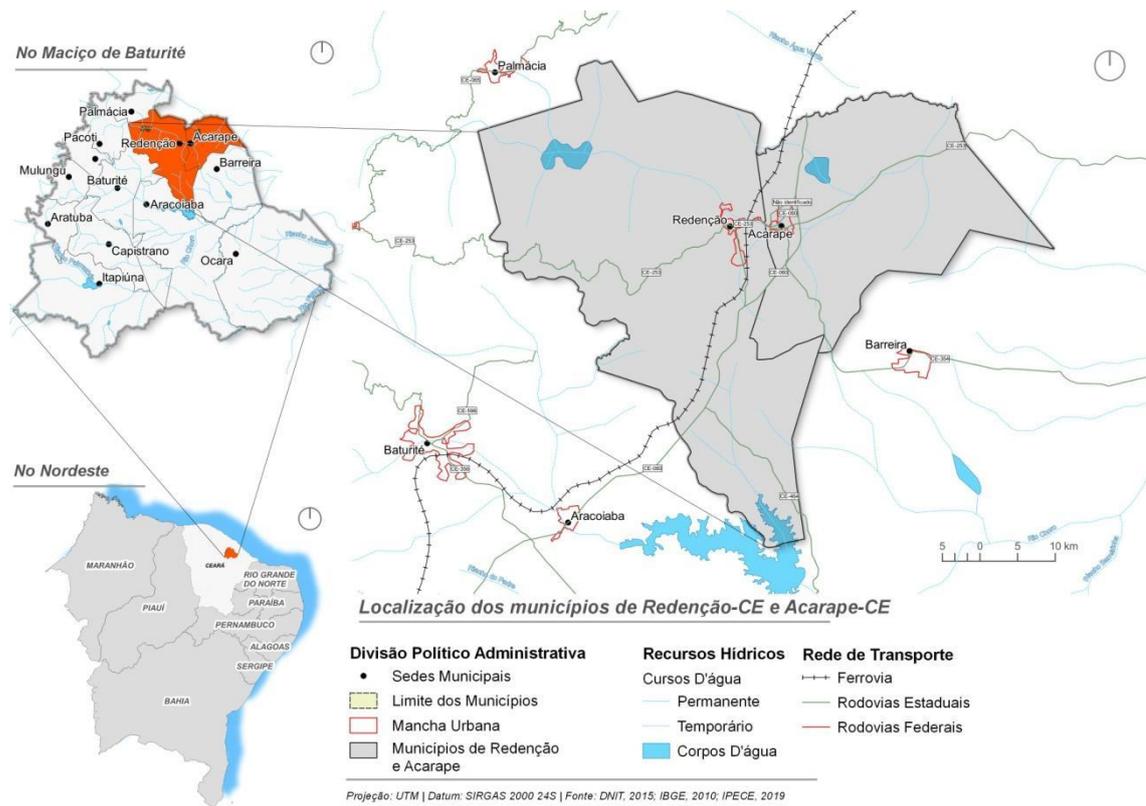
² Professor Associado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaborador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: eduardomachado@unilab.edu.br.

desenvolvimento tecnológico³. Nesse período sucedeu o primeiro contato com novas arguições teóricas e empíricas acerca da cidade, do urbano, das juventudes e dos territórios. Desembocando no desenvolvimento do olhar de pesquisadora para com o contexto experienciado na cidade de Redenção pós-implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Instituição que iniciou seu funcionamento em maio de 2011 e está pautada na integração internacional com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP -, particularmente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Deste modo, passasse a vivenciar então, um contexto de migração temporária, com a chegada de novos moradores, desencadeando uma transição urbana em Redenção, que é uma pequena cidade interiorana, vizinha e conurbada com Acarape, situadas a aproximadamente 60 km de Fortaleza, Ceará, na Região do Maciço de Baturité, a localização dessa região e das duas cidades citadas se encontram na (FIGURA 1). Segundo o último Censo do IBGE (2010), Redenção possuía 26.415 residentes, destes 57,3 % nas áreas urbanas; já Acarape possuía 15.338 residentes, dos quais 52 % situavam-se nas áreas urbanas.

Figura 1 - Localização de Redenção e Acarape a partir da Região do Maciço de Baturité.

³ Projeto de pesquisa “Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB”. Organizado pelo Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares.



Fonte: DIÁLOGOS. Projeto de pesquisa “Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB”; Autora: Regina Balbino.

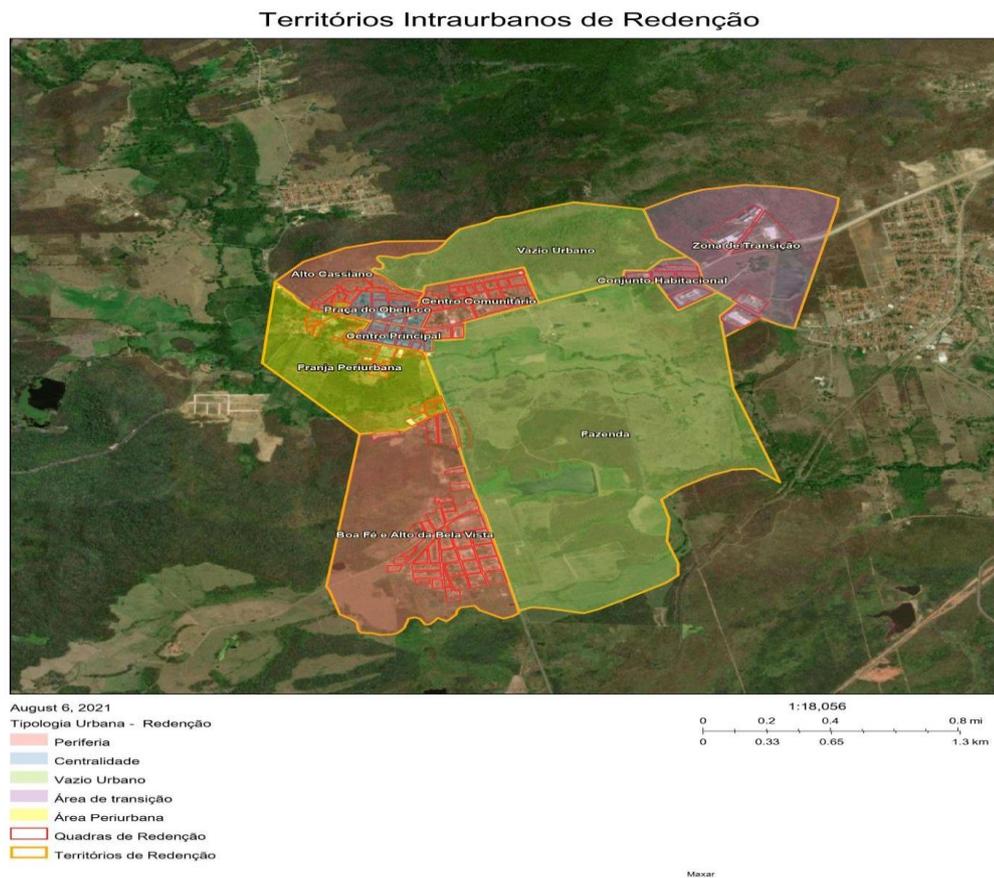
O percentual populacional relatado no parágrafo anterior condiz com o contexto pré-instalação da Universidade, tendo em vista que em 2019 a Unilab detinha 6529 estudantes em 2019, dos quais 3976 de graduações presenciais – 2942 brasileiros e 1034 de outras nacionalidades. (UNILAB, 2019), com boa parte residindo nas duas cidades. Nesse sentido, em 2020, a PESQUISA COVID-19 - ESTUDANTES DA UNILAB NO CEARÁ⁴ disponibilizou um conjunto de dados possibilitando a projeção de que em torno de 2000 discentes residem em Acarape e Redenção, em sua grande maioria nas sedes municipais. Mais especificamente nas periferias intraurbanas (Machado et al, 2020) das duas cidades, embora também circulem nas áreas centrais.

É importante aqui situar a Praça do Obelisco dentro da estrutura urbana da cidade. No caso específico de Redenção, cidade foco da pesquisa, tem-se a seguinte estruturação urbana, compondo o que nomeamos como territórios intraurbanos, com características morfológicas e

⁴ Grupo Diálogos Urbanos. Covid-19 – Estudantes da Unilab no Ceará. Disponível em: < <https://unilab.edu.br/2020/05/13/grupo-dialogos-urbanos-divulga-resultado-da-pesquisa-covid-19-estudantes-daunilab-no-ceara/> >. Acessado em: 24 de mar. 2021.

de paisagem e funções urbanas diferentes: (A) áreas centrais: o Centro Principal e Praça do Obelisco; (B) bairro agregados: Conjunto Habitacional⁵; (C) grandes periferias: Boa Fé/Prourb, Alto da Boa Vista, Alto Cassiano e Centro Comunitário; (D) uma área de transição, a Franja Periurbana; (E) vazios urbanos; e (F) grande área privada nomeada como Fazenda (MACHADO et al, 2020, p. 155) como pode ser visto na figura abaixo (Figura 2).

Figura 2 - Territórios Intraurbanos de Redenção.



Fonte: site Diálogos⁶, Mapeamento Interativo dos Centros Urbanos de Redenção-CE e Acarape-CE.

Cabe refletir e introduzir também que para além do aumento populacional nas duas cidades a “implantação da UNILAB altera os modos de produção do espaço urbano, impactando as formas de ocupação, uso, acesso, regulação, posse e propriedade de diferentes

⁵ Território que detém delimitações geográficas em Acarape e Redenção, que possui um determinado desenvolvimento, mesmo assim não é considerado central, visto seu distanciamento do Centro Principal. Não sendo também considerado periferia pelo seu desenvolvimento.

⁶Disponível em: < <http://dialogos.unilab.edu.br/2020/08/19/mapeamento-interativo-dos-centros-urbanos-de-redencao-ce-e-acarape-ce/> >. Acesso em: 06 Agos, 2021.

parcelas da terra urbana (solo, subsolo e edificações)” (MACHADO et al, 2019, p. 144). Tal fator pode desembocar na intensificação de demandas já existentes e/ou na constituição de novas que podem ser visualizadas em duas linhas: A primeira pode ser apresentada como material, relacionada às estruturas físicas da cidade, no que se refere a habitação, saneamento básico, transporte, serviços urbanos e equipamentos públicos (Agier, 2015, p. 491). A segunda remete ao imaterial, referente às necessidades sociais de ganhar e gastar energias no lazer; de produzir relações fluidas ou duradouras; de sentir-se livre e seguro (Lefebvre, 2011, p. 105-106), enfim, de desenvolver sentimentos necessários às suas vivências e residência na cidade.

Portanto, a partir da instalação da universidade, da chegada do contingente estudantil e das novas ou intensificadas demandas, cabe pensar, neste artigo, a cidade de Redenção não apenas como um conglomerado de moradias, marcado por um perfil demográfico ou sua linha areal, mas, também, pelas diferentes relações e dinâmicas existentes e/ou intensificadas nela. (GOMES, 2002, p. 19).

Mediante essa primeira percepção da realidade experienciada, tornou-se necessário um caminhar metodológico iniciado através do estudo de dados secundários acerca da população e estrutura da cidade. Em conjunto, realizou-se uma pesquisa de caráter etnográfico, utilizando a observação direta, buscando apreender fragmentos, indícios, notícias, informações acerca dos possíveis usos, acessos e ocupações criativas nos territórios centrais da cidade por grupos que, em sua grande maioria, podem ser visualizados enquanto juventudes universitárias, que passaram a residir e vivenciar a cidade em conjunto com a implantação da universidade. Desse modo, passou-se a observar o percurso realizado por essas juventudes universitárias na cidade, particularmente no período noturno pós-aula, no qual os mesmos buscavam a realização de atividades culturais, festivas, de resistência, de encontros e socialização. Ações que evidenciam a Praça do Obelisco como microterritório de constante uso e campo de estudo dessa pesquisa.

Entretanto, para acompanhar de forma ampla esse processo de ocupação também se fez necessário a inserção virtual em grupos e perfis online de organização e divulgação das atividades, assim como entrevistas⁷ com duas residentes originárias⁸ e discentes da UNILAB,

⁷ Necessária para uma contextualização dos usos da Praça do Obelisco no período anterior à instalação da UNILAB.

no qual o acesso ocorreu mediante ao contato estabelecido no período de bolsista do projeto citado acima, no qual foi possível perceber que ambas realizaram e vivenciaram experiência no local de pesquisa, no período anterior a instalação da UNILAB, sendo que com essas entrevistas se intuiu constituir uma percepção acerca da estrutura e dos usos da praça anteriores à implantação da universidade e chegada de novos moradores.

No intuito de discutir e refletir acerca dessas dinâmicas, em específico a reconstituição de usos, acessos e ocupações de um território da cidade, a Praça do Obelisco, com base na emergência de agentes e territorialidades juvenis neste território, estrutura-se este artigo em outros tópicos, para além desta introdução, sendo: O microterritório da Praça do Obelisco na cidade de Redenção; Juventudes e dinâmicas territoriais: reflexões conceituais; Ocupações criativas no microterritório da Praça do Obelisco; Conflitos e territorialidades emergentes na Praça do Obelisco; Emergência de novos agentes políticos em Redenção; e as Considerações Finais.

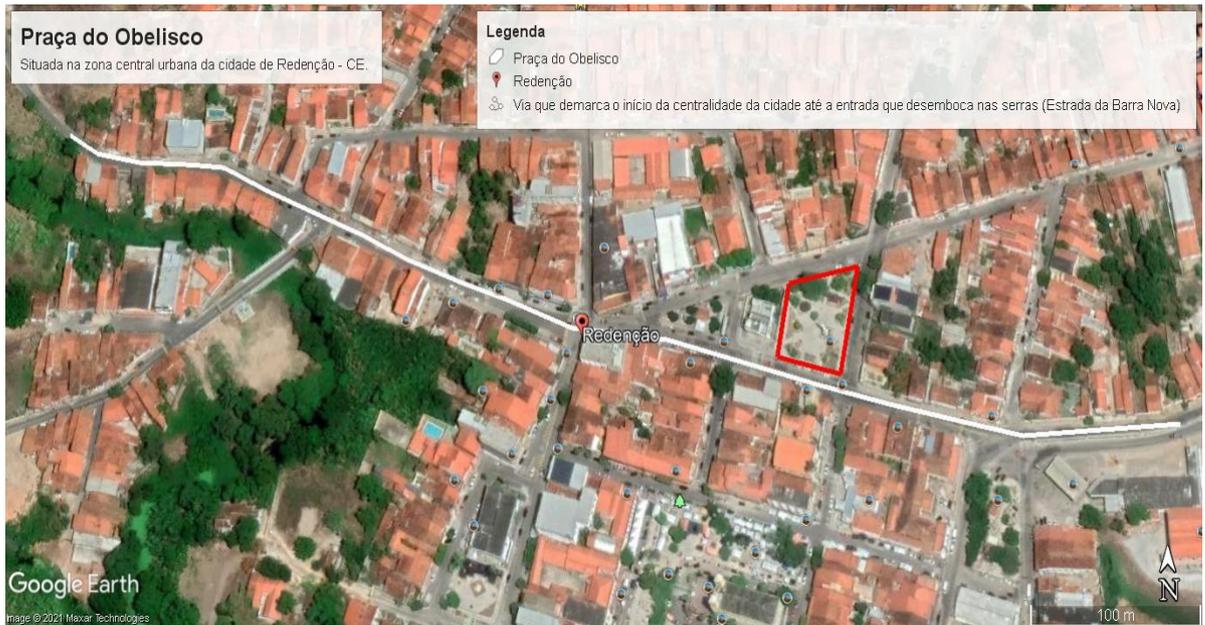
O MICROTERRITÓRIO DA PRAÇA DO OBELISCO NA CIDADE DE REDENÇÃO

A Praça do Obelisco, local de pesquisa deste estudo, pertence a cidade de Redenção e se localiza em sua área central, na Rua (Rodolfo Teófilo) que interliga o início da centralidade da cidade, na saída da Avenida Abolição e o seu desfecho na entrada que desemboca nas serras (Estrada da Barra Nova). Sendo assim, uma linha que perpassa o centro urbano de Redenção, e se revela como lugar de mediação e passagem (vide Figura 3). Estruturalmente, a Praça é rodeada por comércios de diversas áreas - inclusas farmácias, padarias, lanchonetes, restaurantes, armarinhos, dentre outros - e equipamentos públicos e privados, além de residências de moradores originários. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020⁹)

Figura 3 – Praça do Obelisco.

⁸ No caso em questão, a palavra originária utilizada neste período abrange residentes naturais e indivíduos que residem em Redenção desde os anos anteriores à instituição na UNILAB.

⁹ Diário de Campo realizado para a pesquisa que resulta neste artigo. Redenção, 2017-2020.



Fonte: Google Earth (acesso em: 06 agost. 2021)

A estrutura exposta na imagem se situa em uma das duas centralidades urbanas da cidade de Redenção, o território intraurbano Praça do Obelisco, que possui nos seus entornos outra centralidade - o Centro Principal - e duas periferias - Alto Cassiano e Centro Comunitário, como pôde ser percebido na figura 2. Nas duas centralidades destacadas, Praça do Obelisco e Centro Principal, evidencia-se a concentração da área comercial e de serviços, do mesmo modo praticamente a totalidade dos equipamentos públicos e privados locais, como escolas, centros religiosos e outros, destacando enquanto forte característica outra praça

central, conhecida popularmente como Praça Matriz, possuindo também um conjunto de residências de moradores originários e de moradias estudantis de universitários. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

No outro extremo do território intraurbano da Praça do Obelisco se localizam áreas consideradas periferias urbanas, como o Alto Cassiano e algumas ruas do Centro Comunitário, marcadas por precariedades de equipamentos públicos, saneamento, abastecimento de água, pela falta do acompanhamento do poder público e por estigmas territoriais (MACHADO et al, 2020).

Historicamente, inaugurada em 1933 é popularmente conhecida como Praça do Obelisco devido ao monumento imponente e de maior destaque, o obelisco, construído como marco comemorativo do cinquentenário da abolição da escravatura (ENTREVISTA 02, 2020). Praça que antes da reforma realizada em 2014, segundo dados de entrevistas (2020) realizadas, era caracterizada como “desabitada”.

[...] um local escuro, né, tinha pouca iluminação e lá era utilizada mais por casais que queria ficar em locais é, mais, como é que eu posso dizer? Reservados [...] tinha muitas árvores, era um local meio que sombrio, nas festas de Santa Rita ela ganhava vida e já de tardezinha as pessoas já se reuniam ali pra poder montar as barracas que naquela época as barracas eram feita de palha, né, as festas de Santa Rita sempre foi a atividade onde a praça é mais fortemente utilizada, [...]e só um acontece durante dez noites, uma vez por ano e fica instalado ali a parte social da festa, é onde acontece tudo, é muito movimentado, né certo. (ENTREVISTA 01, 2020)

Mediante essa fala da entrevistada se percebe que usos da praça ocorriam de maneira mais forte e constante no período dos festejos de Santa Rita, Co-Padroeira da Cidade, atividade essa que perdura durante os anos, como pode ser identificada na seguinte fala da mesma,

Há vinte e oito anos atrás quando eu vim morar aqui mais ou menos, eu acho que foi em mil novecentos e noventa e um, quando eu vim morar aqui eu participei das primeiras festas de Santa e ali naquela praça já num período anterior as festas, mais ou menos uma semana antes, ali já era ponto de encontro da população, pra poder montar as barraquinhas, só que aí pra montar as barraquinhas a galera levava bebida, tirar gosto e ali já ficava, já ficavam reunidos naquela praça, era uma praça morta, que não tinha movimentação, né. (ENTREVISTA 01, 2020)

Diante da reforma instituída, no período em que a UNILAB já tinha sido implantada, o então prefeito da cidade, intuía que a praça fosse "utilizada pelas famílias e pelas crianças que

não tinham um lazer na cidade” (ENTREVISTA 01, 2020). No entanto, a entrevistada relata que atividades de caráter religiosos também foram incorporadas aos usos da praça, além dos festejos anuais de Santa Rita. Ressaltando que, nesse primeiro momento da reforma os estudantes universitários “Unilabianos” ainda não frequentavam de forma constante a praça, tendo em vista a seguinte fala: “Nos primeiros anos da UNILAB, essa galera que veio pra cá era uma galera meio tímida, Assim, não frequentava os espaços, não ocupava os espaços como depois de uns dois ou três anos, né”. (ENTREVISTA 01, 2020)

Tendo assim, no segundo momento pós reforma, a incorporação de novos usos da praça pelas juventudes universitárias que passaram a desenvolver de forma constante um caminhar significativo nesse espaço, dando-se desde a simples presença no ato de sentar para esperar o intercâmbio e socializar com outros indivíduos até a realização de atividades tais como: festividades, ações de extensões acadêmicas, artísticas, com caráter de lazer, de resistência, de contribuição e diálogo sobre estudos, que passam a se somar as características de usos.

JUVENTUDES E DINÂMICAS TERRITORIAIS: REFLEXÕES CONCEITUAIS.

Considerando a explanação acerca da Praça, no tópico anterior, tem-se uma tipologia de médio prazo formada para desenvolver a análise desse estudo: (I) Espaço-tempo anterior à reforma de 2014, constituído por dois contextos, à chegada dos estudantes universitários e outro pós chegada, sem que estes frequentassem de forma significativa o determinado território; (II) momento pós reforma, caracterizado ainda pelos usos tradicionais e o (III) Segundo momento pós reforma, no qual, cabe destacar como período chave deste estudo, caracterizado pelo início das tentativas de uso da praça pelos novos moradores, em sua maioria, as juventudes universitárias. Sujeitos esses que passam a agregar novos sentidos e caracterização ao território, visto isso, neste momento iremos introduzir acerca das juventudes e das dinâmicas territoriais que se reconstituem na Praça.

Juventudes emergentes, territórios e territorialidades em Redenção

Sujeitos residentes temporários que em sua maioria são oriundos não apenas das duas cidades, mas de outros municípios, estados e países, indivíduos diversos nas esferas culturais, demográfica, de gênero, geracional, étnico-racial, nacional e socioeconômica (UNILAB, 2021) e que em sua maioria podem ser destacados enquanto juventudes.

Grupo de indivíduos que deve ser pensado conceitualmente não apenas a partir de uma compreensão geracional de limites cronológicos fixos, visto que “Hoje em dia, são mais fluidos e descontínuos os traços que delimitam as fronteiras entre as diferentes fases de vida”. (PAIS, 2009, p.373), sendo assim tais fases, como a juventude, pode possuir limites variáveis de acordo com os parâmetros de cada sociedade.

Tendo sua formação pautada também, conceitualmente, “por mecanismos de reprodução classista” (PAIS, 1990, p.157), bem como de raça, etnia, gênero, dentre outras coisas, uma vez que

Essa perspectiva permite enfatizar as desigualdades, contradições e opressões inscritas nessa fase de transição e aos quais os agentes juvenis se vinculam de modos diversos, considerando que cada jovem experimenta condições socioeconômicas e culturais específicas. (MACHADO et al, 2019, p. 145-146)

Juventudes diversas que ao adentrarem as cidades receptoras da universidade buscam “acessar e usufruir direitos relacionados ao lazer, à cultura e arte, à festa, à vida e à convivência digna de modo geral” (MACHADO et al, 2019, p. 145), desenvolvendo um conjunto de ações e atividades que possibilitaram perceber essas juventudes e suas diversidades enquanto “um excelente barômetro para a captação de tendências sociais emergentes em várias dimensões da vida cotidiana” (FERREIRA, 2017, p. 17).

Enquanto tal, ensejou um conjunto de percepções e análises através do acompanhamento do grupo juvenil universitário pela cidade de Redenção no momento de suas atividades, na qual se destacou de início as percepções territoriais, tendo em vista o principal ponto de uso, a Praça do Obelisco que emergiu enquanto um território, conceitualmente, em duas instâncias: a funcional, com delimitação areal (SACK, 1986 *apud* PLEIN et al, 2009) da terra urbana, limites geográficos físicos, estruturas materiais.

A segunda instância compreende, em conjunto com a noção anterior, o território enquanto vivido, simbólico, formado a partir de um conjunto de relações (SACK, 1986 *apud* PLEIN et al, 2009), dinâmicas sociais, ações que envolvem afetividades, emotividades, resistências, conflitos, rituais (SANTOS, 2006, p. 39), com a própria constituição e reconstituição de identidades, visto a reflexão dessas “enquanto algo mutável, dinâmico, flutuante de acordo com as relações sociais” (GOMES, 2019, p.48). E enquanto tal se liga intimamente a territorialização, portanto, tem-se que o “Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as

fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS 2002, p. 9).

Mediante os ditos acima, mostrou-se necessário pensar o território nestes dois parâmetros: o físico, tendo em vista a demarcação do campo de estudo e uma primeira análise das estruturas físicas na praça e no seu entorno; e o vivido partindo da noção de que o território é constituído também por um conjunto de relações, dinâmicas, do visível e do invisível; do dito e do não dito; do sentimento de pertença, da resistência, dos usos que produzem significados e que transcendem os limites físicos. Desta forma, a relação territorial “pode se dar em termos materiais, culturais ou ainda na dimensão afetiva” (GOMES, 2019, p.52).

Doravante essa noção é que se tornou possível a análise das atividades realizadas pelas juventudes universitárias na Praça do Obelisco, vista a partir do conceito de território, explanado acima, pensando neste também enquanto compartimentado por escalas, tendo em vista, a diversidade de territórios que podem existir dentro do “território” (FERNANDES, 2008), considerando que, segundo este autor,

Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. (FERNANDES, 2008, p.04)

Mediante a visão da praça enquanto um microterritório, diante as conceituações anteriores e do movimento de uso da mesma pelas juventudes universitárias se questionou: Esse microterritório passa por um processo de reterritorialização diante desses novos usos? Se sim, como as juventudes realizam tal processo? Emergem novas territorialidades? Tendo aqui o processo de territorialização enquanto composição territorial que “[...] ocorre por meio de ações e comportamentos de sujeitos e/ou grupos sociais” (SACK, 2013 [1986], p. 76 apud DANEZI, 2018, p 41), assim como do movimento, da construção de relações materiais e imateriais, de vínculos, do ato de usar, formar, organizar e controlar.

O conceito acima permite visualizar a Praça em dois momentos: um de territorialização, realizado massivamente pelos moradores originários, suas relações, usos, organização e controle referindo-se ao tempo pré-reforma e pós reforma no período anterior ao acesso das juventudes, como visto no tópico anterior. E no segundo momento, pós-reforma e com a presença das juventudes universitárias, percebe-se a ocorrência de uma reterritorialização no microterritório da praça do obelisco tendo em vista as novas formas de

usos, relações e vivências que emergem em conjunto com as juventudes universitárias passando a fazer parte do cotidiano desta parcela territorial, discussão que será mais aprofundado nos próximos tópicos.

A territorialização e no caso específico deste estudo, a reterritorialização, possibilita pensar na emergência de territorialidades que podem surgir de acordo com os interesses ou com o momento em que os sujeitos se encontram (HAESBAERT 2011 *apud* DANEZI, 2018), levando em consideração que neste estudo não pensamos no território sem territorialidades. Partindo desta observação, tem-se, conceitualmente, territorialidades enquanto “[...] uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, coisas e relações” (SACK, 1986 *apud* PLEIN et al, 2009, p.53), mas também como “sentimentos vinculados à nossa existência em uma porção do espaço habitado” (SILVA, 2015, p. 60), seja de construção, reconstrução ou reafirmação de identidades, resistência, quebra com um processo hegemônico, a construção de relações e pertença.

Diante da reflexão acerca das conceituações acima e do contexto de pesquisa, evidenciou-se no microterritório da Praça do Obelisco a emergência de novas dinâmicas territoriais, vista aqui enquanto o processo de reterritorialização que para Raffestin (1984) entrelaça a (re)composição do território e a reconstituição das interações e relações entre diferentes agentes, envolvendo particularmente, neste estudo, as juventudes em movimento e através, também, das territorialidades emergentes.

As dinâmicas, citadas acima, se tornaram passíveis de percepção e análise a partir de observações durante a realização das atividades, visualizadas como processos ocupacionais, de usos e acesso a praça, constituídos pelas juventudes universitárias, em sua maioria, no segundo momento pós reforma do determinado microterritório, espaço-tempo foco de análise deste artigo, trabalhadas nos tópicos seguintes.

OCUPAÇÕES CRIATIVAS NO MICROTERRITÓRIO DA PRAÇA DO OBELISCO

Ao migrarem temporariamente para uma pequena cidade interiorana, estudantes da educação superior passam a vivenciar a cidade em seus diferentes territórios, experienciando cotidianamente desigualdades, segregações, precariedades urbanas e vulnerabilidades socioespaciais. Particularmente, se percebermos que boa parcela dessas juventudes reside nas periferias intraurbanas citadinas. Nesse contexto, ao lidarem com situações problemáticas cotidianas (CEFAÏ, 2017), tornam-se, aos poucos, agentes urbanos e políticos relevantes; e

isso ocorre, particularmente, através do que podemos nomear como ocupações urbanas criativas.

[...] a criatividade compreende a qualidade de pensar de forma inovadora numa produção ativa de reflexão, sentimento e ação com a finalidade de transformar e fazer surgir o novo como resposta às atividades mentais que se operam a partir de exercícios cognitivos e sensoriais (CAVALCANTI, 2006, p. 90).

Capaz assim, de dotar de novos sentidos às interações urbanas cotidianas. Evidenciando a tentativa de acessar a cidade e os direitos a mesma no que tange a possibilidade de acesso à habitação, acolhimento, segurança, estabilidade, cuidado, equipamentos – públicos e privados- lazer, serviços e infraestrutura para suas vivências (AGIER, 2015).

Desse modo, também, fazer parte da construção/reconstrução de territórios para que esses possam gerar, doravante a estruturas físicas e subjetivas, determinadas familiaridades, ou seja, “[...] aqueles com os quais ele se identifica o mais espontaneamente possível, são espaços de sobreposição quase perfeita entre o quadro físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade [...]” (AGIER, 2011, p. 103). Através, de certa forma, do processo de fazer à cidade realizado pelas juventudes, no ato de ocupar, mesmo que de forma espontânea, intuitiva, no intuito de atender as necessidades materiais e “sociais” (LEFEBVRE, 2011, p. 105-106).

Ocupações Criativas: dos relatos iniciais a constância

Considerando que os novos moradores passam a vivenciar a cidade para além das paredes físicas da universidade e de suas residências, visto a necessidade de se introduzir na cidade, viver, criar e recriar o território urbano, material e simbolicamente para prosseguirem com sua estadia temporária. Buscou-se assim os primeiros relatos dessa introdução na Praça do Obelisco, caracterizado enquanto uma das primeiras ocupações criativas, ocorrida por volta do segundo ao terceiro ano após a instalação da universidade, de acordo com relatos da entrevistada 01 (2020). No qual, sucedeu uma ação de caráter acadêmico, diante da iniciativa de uma professora em realizar sua aula na praça,

“[...] eu me lembro de uma das primeiras ocupações que houve foi numa atividade da professora [...], ela trazia um fogareiro que era para servir como se fosse uma fogueira e ai era uma contação de histórias e ai a gente sentava em círculo no chão. (Entrevista 01, 2020)

A ocupação criativa citada acima se constituiu enquanto momento de partilha e encontro intuindo ao mesmo tempo uma experiência de extensão e a oportunidade de iniciarem o viver a cidade a partir do uso e acesso a territórios escalares. E não muito distante deste primeiro relato de evento na Praça, principia-se um ciclo de atividades criativas em diversas dimensões como, o fazer artístico, modos de resistência, o fazer político e ser político, a socialização e a familiaridade, que ocorrem de modo simultâneo.

Cabendo destacar aqui que as ocupações acompanhadas nesse período se realizavam entre dois espaços, o digital e o material: o primeiro, por vezes, era o território no qual se desenvolvia o que aqui chamaremos de “pré-ocupação física”, eram nesses espaços das redes sociais (whatsapp, facebook, instagram) que se exacerbavam as criatividades e a organização do que viria a ser a ocupação física. Ressalta-se a existência de grupos organizadores, principalmente no whatsapp, que debatiam acerca de como seria as atividades, quais materiais seriam necessários, quem poderia consegui-los, os contatos que deveriam ser realizados e quem faria a arte de divulgação. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

Nesse processo se estabeleciam redes de contatos dentro das redes sociais. Após todos os processos organizacionais entravam em cena os contatos com outras instâncias como páginas no *instagram* e *facebook* com grandes números de seguidores para a divulgação da atividade de ocupação, assim como em diferentes grupos e pessoas do whatsapp para o mesmo fim. A divulgação realizava-se desde um macro (as páginas com grandes números de seguidores) à um micro (de individuo a individuo). E como pauta Diógenes (2015, p.544) é nesse processo de diálogo através das redes sociais que se “traduz um dos mais significativos locus de socialização da contemporaneidade”.

O segundo espaço, o material, visto aqui como Praça do Obelisco era percebido enquanto território de concretização da ocupação organizada, entretanto, apesar desses dois planos parecerem ser desligados um do outro constata-se o contrário esses dois espaços são forjados em conjunto, são interligados, ou seja, o acontecimento de um não encerra o outro de forma total.

O ciclo que compreende esse processo de ocupações criativas ocorre de meados do final de 2017 ao primeiro semestre de 2019, ano que recebeu inúmeras tentativas de retorno até seu final. Neste período o conjunto de atividades desenvolvidas passa a ser constante e

destacam, como já mencionado, a emergência das juventudes universitárias. O início deste espaço-tempo é caracterizado pela ocupação criativa denominada pelos seus organizadores como “Praçarau”, constituída pelas recitações de poemas, poesias, de performances corporais, como danças e encenações das recitações; e apresentações musicais. Um conjunto de ações que revelavam a necessidade de falar e ser ouvido, falar acerca de acontecimentos cotidianos que geraram medos, revoltas, incertezas, alegrias e princípios de resistências (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

Dentro dessa ocupação que era o Praçarau se fixava “portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” Rancière (2009, p.15), um momento de encontro, partilha e resistência presidido por diversos agrupamentos, identificados a partir de seus cursos universitários, gêneros, etnias, semestre de entrada, assim como não estudantes universitários e cidadãos originários; professores universitários e por nacionalidades.

Tendo aqui como um dos momentos que remetem a esse “comum partilhado” Rancière (2009, p.15) por indivíduos diversos, e marcante na realização do Praçarau, a ocupação ocorrida posterior a tentativa de feminicídio em outubro de 2017 nas instalações da Universidade, no qual o “praçarau” teve diversas formas artísticas e performances voltadas ao acontecimento, relatando um conjunto de sentimentos deixados nos estudantes tais como, o medo, a tristeza, a indignação. Através das vozes e gritos que representaram o horror daquele acontecimento e que deixou todos que estavam no microterritório em silêncio por segundos, segundos de sentimentos internos (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

Mas, para além do silêncio de revolta, escutaram-se vozes de exaltação às suas identidades, representando a resistência frente aos constantes ataques sofridos na forma de discriminações e repressões, que por vezes flutuam para além das fronteiras do urbano material, daquele microterritório, se inscrevendo no que Sodré (2002, p. 34) reflete como espaços imaginários, que se perpetuam em outros diversos espaços da cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

E ocorrem através da criação e manutenção de alguns discursos que caracterizam os moradores temporários como seres periféricos e minorias, por fatores como pertencentes a nacionalidades africanas, associando-os ainda ao processo de escravidão, subalternização e inferiorização pela cor da pele; através de fatores étnicos, de gêneros entre outras clivagens, no intento de impedir seus direitos a fala, de serem ouvidos e de experienciarem a cidade

(SODRÉ, 2005). Tais repressões e criações de discursos evidenciam tentativas de controle social e territorial no intuito de não modificar as dinâmicas sociais e usos tradicionais dos territórios da cidade. Entretanto, pelo simples fato daqueles passarem a residir nas duas cidades integram-se ao processo de constituição e reconstituição da identidade do território (SODRÉ, 2002).

Em consonância com essas formações ocupacionais intituladas enquanto “Praçarau”, passaram a ocorrer de forma mais constantes outras ocupações tais como, festas com temáticas relacionadas a alguns eventos da universidade, como para a arrecadação de verbas para viagens de congressos e apresentações de trabalhos; festas comemorativas, no que tange as semanas referentes aos cursos, como a *Semana do Curso de Humanidades*; entre essas outras atividades estão apresentações de trabalhos, aulas, eventos realizados por projetos de pesquisa e extensão vinculados à Universidade (DIÁRIO DE CAMPO, 2017–2020). Ocupações que prosseguem permeadas por tentativas de controle e “situações problemáticas” (CEFAÏ, 2017, p. 188) que trazem à tona, de maneira visível e sentida, novas tensões e conflitos entre os moradores originários e as juventudes universitárias.

CONFLITOS E TERRITORIALIDADES EMERGENTES NO CONTEXTO DA PRAÇA DO OBELISCO

As ocupações são permeadas por tensões e conflitos “[...] entre a busca de reafirmação/retorno de/às situações tradicionais e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a emergência/o reconhecimento de novos comuns partilhados e de novas singularidades.” (MACHADO et al, 2019, p. 149), questões presentes desde o princípio da instalação de atividades na Praça pelos estudantes universitários, como é relatada pela entrevistada 1 (2020) ao lembrar de uma das primeiras ocupações ocorridas, uma aula de contação de história,

[...] e eu lembro bem que da primeira vez que a gente fez isso chamaram a polícia porque achavam que a gente ia tocar fogo na praça e foi assim uma situação até engraçada porque o policial chegou e deu uma olhada, o próprio policial ficou constrangido, porque não tinha nada demais, né, assim a gente tava só sentado contando histórias, mas já incomodou a população local, o fato de ter algumas pessoas que não são da cidade como eles falavam e tá ali naquele espaço ocupando” (Entrevista 01, 2020)

Posto isto, tem-se tensões que emergem em conjunto com as ocupações, não sendo os discursos discriminatórios iniciais para com os estudantes universitários a única maneira de desarticular a nova produção social do urbano que se inscrevia com a chegada de novos moradores. As disputas territoriais e as tentativas de controle do microterritório pelos

moradores originários surgem como novas maneiras de delimitar quem poderia ocupar, usar e acessar, que vozes eram permitidas naquele espaço, visto que, a ocupação territorial possui um caráter tanto urbano quanto político, no qual o “movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova” Agier (2015, p. 491).

E enquanto ato político e de fala é permeado por tensões e conflitos que se exacerbam de acordo com a constância que as atividades e as tomadas de falas passaram a permear a praça. Em diversos momentos de ocupação os moradores do entorno recorreram a denúncias e como consequência se desenvolveram episódios de repressão policial, inicialmente não ocorrendo o desfecho da atividade, apenas a diminuição do volume das vozes e da caixa de som utilizada na maior parte das atividades. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

No entanto, à medida que as atividades se tornaram semanais as interrupções passaram a ser constantes, convergindo no desfecho das atividades e o sentimento de medo em realizar novas ocupações, como se notou no decorrer de uma edição do Praçarau, no qual inicialmente ocorreu uma interrupção policial visando à diminuição do barulho, com a continuação, a partir das medidas demandas pela polícia, ocorreu outro ato de desaprovação, dois tiros próximos à praça foram escutados, logo o som foi desligado e todos resolveram deixar a praça por medo de represálias maiores (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

Mesmo após esse acontecimento e do sentimento de receio, as juventudes universitárias resolveram continuar retornando a praça em outros dias para novas ocupações, sejam através do “Praçarau” ou das atividades festivas. Diante da percepção dessa disputa territorial pelos usos do microterritório evidenciou-se o que visualizamos aqui como territorialidades emergentes, derivado dessa reterritorialização, revelam-se em busca de dois fins para os dois diferentes sujeitos da pesquisa, visto que segundo HAESBAERT (2005, 2007a, 2011 *apud* Danezi, 2018, p.43)

Para o autor, o que existe de fato é um movimento complexo, que, em função desta nova relação espaço-tempo, inclui a vivência concomitante de diversos territórios, resultando em múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses e o momento em que nos encontramos.

Deste modo a primeira forma de territorialidade emerge como uma tentativa de controle da praça em relação a diferenciação de acesso a pessoas, relações e usos (SACK, 1986 *apud* PLEIN et al, 2009, p.53) no contexto em específico, uma estratégia do moradores originários para manterem limites de acesso a praça para as juventudes universitárias,

buscando a manutenção e até mesmo a reafirmação da tradicionalidade dos usos deste microterritório, dentre eles os festejos de Santa Rita já relatados pela entrevistada 01 (2020), no qual a mesma ressalta a seguinte fala “[...] a parte social das festas de Santa Rita, elas ocorrem ali naquele entorno e embora fiquem lá tocando até altas horas, o som, parece incomodar menos aos moradores locais do que uma festa entre os jovens”.

Destarte, configura-se a reflexão de que o uso da praça para festas e atividade que utilizem caixas de sons não são aceitas, a não ser que seja uma atividade de ocupação dos moradores originários, fato confirmado através da ideia original de usos da praça pensada pelo prefeito da gestão anterior, relatada por uma entrevista “A ideia, segundo o gabinete do Prefeito, porque uma vez eu fui lá, né? Pra tentar conseguir esse espaço, para uma atividade acadêmica da Unilab, mas aí eles me disseram que na verdade esse espaço tinha sido reformado, porque o Prefeito queria que ele fosse utilizado pelas famílias e pelas crianças que não tinham um lazer na cidade” (ENTREVISTADA 01, 2020).

Segundo, experiencia-se a emergência de territorialidades por parte das juventudes universitárias que possuem em seus lócus um caráter de controle, porém não intuindo estabelecer limites de acesso para outras pessoas, coisas ou relações. Ao invés disso, tencionam a quebra desses limites de dominação tradicional para que os diversos grupos, e não apenas que participavam das ocupações, possam acessar o direito à cidade e fazer à cidade naquele microterritório; o direito de desenvolver as diversas dinâmicas e relações que perpassam todos eles naquele espaço-tempo.

Intentam também a quebra da hierarquia tradicional de uso dos territórios quando “[...] questionam e desestabilizam a pretensa homogeneidade do espaço social preconizada pelos discursos hegemônicos que tentam tornar opacas as contradições da sociedade nos espaços públicos” (DANEZI, 2018, resumo) e a possibilidade de um espaço para a constante reconstrução e reafirmação de suas identidades, visto que, “a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.” (ALBAGLI, 2004, p. 28)

Entretanto, cada vez mais forte, as repressões policiais tornaram impossíveis o uso da praça pelas juventudes, decretando por um breve período o desfecho das ocupações do microterritório. Cabe destacar ainda a ocorrência de tentativas de ocupar neste tempo, porém, por medo das represálias e o sentimento de impotência perante as tentativas de controle dos

moradores originários, circunstâncias que não são excepcionais, mas que estão no cerne da vida milhares de indivíduos (MIGUEL, 2014, p. 37) as juventudes migraram para outros microterritórios que a priori eram privados ou coletivos de uso comum e passam a transcrever um caráter de público, tais como o Complexo Abolição e o próprio Pátio do Campus Liberdade. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

EMERGÊNCIA DE NOVOS AGENTES POLÍTICOS EM REDENÇÃO

Banco do boi¹⁰, 17 de janeiro de 2019, microterritório que presidiu um evento divisor no ato de ocupar pelas juventudes universitárias, o clímax do conflito, onde ocorreu a ocupação intitulada como “Pré dxs despreocupados”, tido como uma preparação para os pré-carnavais. Segundo relatos de participantes desse momento, via *whatsaap*, o evento começou com uma pequena aglomeração no banco do boi¹¹, no entanto, logo tomou maiores proporções reunindo um grande contingente de jovens, universitários e moradores originários, sofrendo intervenções policiais, não sendo o maior agravante das situações problemáticas derivados dessa atividade, visto que essas intervenções já eram um fator recorrente (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

Todavia, a repercussão de tal ocupação encaminhou-se nas primeiras horas do dia seguinte, através da fala de um radialista local que promoveu um discurso com bases na discriminação e deslegitimação da ocupação e de seus respectivos realizadores, as juventudes universitárias (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020), corroborando para a continua marginalização desses sujeitos e sua caracterização como “Outsiders” (NORBERT e SCOTSON, 2000).

Diante deste contexto e do agravante conflito após a referente ocupação do banco do boi, observa-se um processo de inquietação por parte dos discentes para com a marginalização a qual são sujeitados, desnaturalizando o processo de discriminação, que até então não tinha recebidos grandes represálias. Estabelecendo, perante este contexto, um enfrentamento das situações problemáticas, indicada por Cefai (2017a, p. 188) a partir da célebre citação,

¹⁰ Microterritório intitulado pelos estudantes deste modo por ter como características um banco com uma escultura de um boi e que passou a ser palco dos encontros e ocupações das juventudes universitárias, localizado no Complexo Abolição, um conglomerado de comércios e moradias, em grande maioria de estudantes universitários.

¹¹ Evento que se tornava uma constante das quintas-feiras no complexo abolição, reunindo diversos estudantes universitários, moradores originários ou de outras cidades, estados e países, assim também como um público não universitário e residente originário.

A ideia de base é que, confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática. [...] Essa dinâmica coletiva faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público.

Convém ressaltar que o conflito aqui não é apenas sinônimo de “um problema a ser superado”, mas também “fundador da democracia” (MIGUEL, 2014, p. 26; 36), constitutivo de vozes políticas e intervenções no contexto de cidadãos. Em decorrência da inquietação, contestação e desobediência ao poder que vinha sendo exercido (FOUCAULT, 1988, apud FERREIRA e LIMA, 2017) as juventudes universitárias insurgiram enquanto agentes políticos significativos,

[...] instituem dinâmicas de interpretação e ação coletiva – presenciais e online –, impactando a opinião pública, pautando demandas políticas, mobilizando argumentos de variadas ordens, buscando gerar respostas político-institucionais de prefeituras, câmaras de vereadores e da universidade. (MACHADO et al, 2019, p.163

A emergência dessas juventudes enquanto agentes políticos citada acima ocorreu mediante a criação de um coletivo autônomo intitulado Juventudes Autônomas de Redenção e Acarape (JARA), formados por estudantes universitários, liderados em sua maioria por mulheres no intento de encontrar soluções para as decorrentes situações problemáticas, através do diálogo com órgãos e instituições públicas. Em seu primeiro ato político o grupo publicou uma carta¹² através das redes sociais de defesa aos movimentos de ocupação realizados e explicitando o direito e a necessidade a formulação de políticas públicas para as diversas juventudes de Redenção (moradores originários e universitários) e das cidades vizinhas.

Neste movimento de tomada política as juventudes autônomas conseguiram realizar um contato com a prefeitura de Acarape e um apoio publicamente do então prefeito da gestão

¹² Disponível em: < <https://www.facebook.com/100002908970672/posts/2005441246229488/?app=fbl> >. Acessado: 13 de nov. 2020.

de 2019 nas redes sociais¹³ através de posts que ressaltaram a importância da UNILAB para as duas cidades, principalmente pelo aumento econômico, e a abertura para a um diálogo com o JARA. Viabilizando um diálogo com a secretaria de Juventude e Cultura para a realização de uma ocupação ocorrida no dia 31 de janeiro de 2019, intitulada “Pré - carnaval da Integração” com o tema “É *fake news* isso daí”, realizada ao lado da praça matriz, no meio da rua, na cidade de Acarape e salvaguardada por um conjunto de alvarás, teve a participação de um conjunto de sujeitos, desde moradores originários (juventudes ou não) das cidades do maciço de Baturité, juventudes e docentes universitários. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

Mediante essa atividade, observou-se que não houve ocorrência de intervenções policiais com intenções de desfecho da atividade, apesar da sua contínua presença. Três vetores, observados a partir do contexto pesquisado, norteiam a percepção da diferenciação de tratamento nesta ocupação: (a) pela atividade ter sido realizada através do apoio institucional da prefeitura, que proporcionou também um ônibus para transportar os alunos de Redenção até Acarape, mesmo que esses não tenha feito a rota no término da atividade; (b) por ter sido legalizado através da posse de alvarás; ou (c) obterem o apoio dos comerciantes do entorno, visto que, esses já realizavam atividades semelhantes naquele mesmo espaço para fins lucrativos.

Todavia, por questões de mobilidade, visto a falta de transportes para o retorno das juventudes, que em sua maioria residem em Redenção, às ocupações em Acarape não voltaram a se repetir. Nesta conjuntura ocorre outra tomada de ato político, as lideranças do JARA deliberaram uma nova ocupação de retorno à praça do obelisco, contudo, desta vez não dispunham do apoio da prefeitura de Redenção, uma vez que a mesma não se manifestou em relação aos processos discriminatórios para com as juventudes.

A ação foi intitulada “Pré-carnaval das Aniêras¹⁴ e carnabio”¹⁵, era o último pré-carnaval do ciclo de pré-carnavais organizados pela juventude, pensando nos processos de

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/100009381028046/posts/2218563071799705/?app=fbl>
<https://www.facebook.com/100009381028046/posts/2218767168445962/?app=fbl>>. Acessado: 13 de nov. 2020.

¹⁴ A expressão “Aniêras” é resultada da constituição de um grupo formado por estudantes universitários, em sua maioria da UNILAB, sendo de diversos cursos como, pedagogia, história, sociologia, administração pública, entre outros, que buscavam se reunir, seja online ou presencial, para relatos sobre o dia, constituição de movimentos, de ocupações, findando na construção de solidariedade e amizade.

intervenções policiais que acompanhavam as ações naquela praça, a equipe de articulação optou pela petição de alvarás, tanto para o uso da praça, quanto para o uso de som, não prevendo o quanto seria fatigante, uma vez que não possuíam nenhuma forma de apoio, principalmente da prefeitura. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020)

Praça do Obelisco, 28 de fevereiro de 2019, em posse dos alvarás por volta das 22:30 a ocupação começava a ser sentida, já era perceptível um aglomerado de pessoas com uma pequena caixa de som. Alguns minutos depois chega o “paredão”, conseguido voluntariamente pelas organizadoras e o nível de pessoas já estava drasticamente maior, tanto no centro da praça, quanto em seu entorno, neste momento essa ocupação já se consagrava como a maior ocupação realizada pelas juventudes na praça, era presidida por uma quantidade diversa de indivíduos (juventudes universitárias de diversas nacionalidades, moradores originários de várias cidades do Maciço de Baturité e com acrescento de sujeitos hegemônicos das cidades) (DIÁRIO DE CAMPO, 2017-2020).

Atividade ocupacional que em pouco menos de uma hora do seu início recebeu a primeira intervenção policial, fato inesperado visto a posse dos alvarás, o som foi desligado e os agentes policiais verificaram as permissões de forma lenta liberando em seguida a continuação, porém as intervenções prosseguiram, adentrando novos sujeitos, policiais de outras cidades vizinhas. Dentre as abordagens realizadas nesse evento a última foi deveras expressiva e amedrontadora, na qual, os policiais adentraram a praça em meio aos discentes com armas de grande calibre, separando-se e caminhando entre as juventudes que ocupavam a praça, levando a questionamentos tais como “Qual a necessidade de entrar com essas armas no meio da gente? Somos apenas estudantes” (relatos de uma discente no momento da ocupação, 2019). Tendo assim o encerramento de uma das últimas ocupações juvenis universitárias que ocorreram no microterritório, visto as constantes opressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Juventudes que no ato de ocupar criativamente desencadearam novas dinâmicas territoriais através dos processos de reterritorialização e da emergência de territorialidades, permeados por situações problemáticas e o desencadeamento de conflitos entre as juventudes

¹⁵ Expressão criada para intitular um grupo de estudantes universitários do curso de biologia que buscaram organizar o evento do pré-carnaval.

e os moradores originários, neste contexto os novos ocupantes da praça se inquietam e incomodam com a situação problema, refletindo e emergindo enquanto agentes políticos no ato de resistir contra as discriminações cotidianas e/ou a deslegitimação do acesso à praça.

Diante da tensão, buscam “influenciar a opinião pública e a ação política, exercer poder e formar decisões, em situações marcadas por hegemonias e subalternidades, mesmo que isso ocorra de modo pontual, efêmero e restrito a microterritórios/nanoterritórios” (MACHADO et al, 2019, p.168), através da constituição de um coletivo autônomo, da produção de falas e de sua divulgação em massa pelas redes sociais, construindo assim redes de apoio.

Redes que possibilitaram ao coletivo JARA levar suas vozes e discussões acerca das ocupações para o evento acadêmico intitulado “I Intercâmbio Juventudes em Movimento nas Cidades: Brasil e África”, no qual, cabe destacar que uma das líderes do grupo explicita que o movimento é em luta pelo reconhecimento da legitimidade do ser cidadão da cidade e possuinte do direito de acessar, usar os diferentes território e equipamentos dos municípios receptores. Dentro deste movimento de reivindicação se evidencia o protagonismo feminino, na organização, na busca por espaços de ocupação e fala.

No entanto, após o clímax do conflito e resistência se tem uma diminuição ocupacional na praça por parte das juventudes universitárias. Cabendo assim questionar se esse movimento, assim como as tentativas ocupacionais perduram para além do período de espaço-tempo desta pesquisa, assim como as redes de apoio, acadêmicas e políticas, refletindo a necessidade de avaliar o impacto dessas ocupações e conflitos a longo prazo, no que concerne a diminuição ou não da repressão aos usos territoriais das juventudes, dos discursos discriminatórios e hegemônicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGIER, M. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. ed. Terceiro Nome, 2011

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer a cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Mana, v. 21, n. 3, p. 483-498. 2015

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V; BRAGA, C; MORELLI, G (org). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. 1. ed. Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004

CAVALCANTI, Joana. A criatividade no processo de humanização. Revista Saber (e) Educar, nº 11, 2006.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017a.

DIÓGENES, G. A arte urbana entre ambientes: “dobras” entre a cidade “material” e o ciberespaço. **Etnográfica**, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 2015.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301. (Geografia em Movimento).

FERREIRA, V. S. (org.). Pesquisar jovens: caminhos e desafios metodológicos. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 23. ed. São Paulo: Graal, 1992. In: FERREIRA, S; LIMA, S. Vozes de resistência em uma cidade cinza. Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT, vol. 23, 2017.

GOMES, P. C. DA C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, M. A. P. Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. 2005. In: DANEZI, N. P. Microterritorialidades em espaços públicos: conflitos e resistências no brinque da Redenção, Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. In: DANEZI, N. P. Microterritorialidades em espaços públicos: conflitos e resistências no brinque da Redenção, Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011

MACHADO, E. G. et al. Cidades, juventudes e conflitos urbanos: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape. 2019

MACHADO, E. G. et al. Cartografar pequenas cidades no Nordeste brasileiro, caminhos percorridos. 2020

MIGUEL, L. F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, maio/ago. 2014.

NORBERT, E; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e outsiders*. Zahar, 2000.C

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude. *Análise Social*, n. 105/106, p. 139-165, 1990.

PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009

RAFFESTIN C. **Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione**, In: TURCO A., **Regione e regionalizzazione**, Milano, Franco Angeli, 1984, p.69-82.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. 2 ed. Rio de Janeiro: 34, 2009.

SACK, D. Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. In: PLEIN et al. *Território e Territorialidade na perspectiva de Robert David Sack*, 2009.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. 2a ed. Florianópolis: Insular, 2013. In: DANEZI, N. P. *Microterritorialidades em espaços públicos: conflitos e resistências no brinque da Redenção*, Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In: SANTOS, Milton; BECKER, B; SILVA, C. A. F. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2002.

_____. *A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção*. 4a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, M. N. S. Território: uma revisão teórico-conceitual. *InterEspaço*, Grajaú/MA. v. 1. n. 1, 2015, p. 49-76.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). *Relatório de Gestão do Exercício de 2017*. Redenção/Acarape: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), 2017. Disponível em: <http://www.proplan.unilab.edu.br/sobre/coordenacao-de-planejamento/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 30 jul. 2019

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). *Unilab em números*. Disponível em: <https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>. Acesso em: 22 maio. 2021